

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 26

Conforme a Consolidação da Legislação Previdenciária, a confecção da folha de pagamento é obrigatória para o empregador, podendo ser feita a mão (manuscrita), ou por meio de processos mecânicos ou eletrônicos. Essa folha deverá estar à disposição da fiscalização, da auditoria interna e externa e sempre pronta para oferecer informações necessárias à continuidade da empresa. A partir dessas informações e com relação à parte da folha de pagamentos que trata dos descontos, assinale a opção correta.

- A** No cálculo do imposto de renda retido na fonte, poderão ser deduzidos os encargos com dependentes, pensões alimentícias e contribuições para a previdência social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- B** O FGTS representa o encargo social da empresa, cujo valor de recolhimento corresponde a 8% da remuneração paga ou devida ao empregado no mês anterior, excluindo-se o décimo terceiro salário.
- C** O aposentado que estiver exercendo ou voltar a exercer atividade abrangida pelo regime previdenciário está isento das contribuições para fins de custeio da seguridade social.
- D** A contribuição para o INSS incide sobre o valor pago a título de aviso prévio indenizado.
- E** Na folha de pagamentos, somente poderão constar aqueles descontos compulsórios previstos na legislação.

QUESTÃO 27

A folha de pagamentos, além de representar as obrigações da empresa para com seus empregados, indica os encargos sociais que deverá suportar. No que diz respeito à escrituração contábil, as despesas com pessoal devem ser contabilizadas periodicamente. Assinale a opção correta, acerca do tratamento contábil dado às folhas de pagamentos.

- A** As despesas e os demais encargos inerentes à folha de pagamentos serão contabilizados até a data do pagamento dos empregados.
- B** O registro das despesas com comissões a serem pagas no mês seguinte ao de competência será feito mediante débito da conta despesas com comissões e crédito na conta salário a pagar.
- C** A escrituração dos encargos com FGTS sobre a folha de pagamentos e sobre o adiantamento do décimo terceiro salário gera um ativo circulante em contrapartida de um passivo circulante.
- D** O registro do desconto relativo à participação do empregado no vale-transporte é a débito da conta despesas antecipadas (ativo) e a crédito da conta vale-transporte a recolher (passivo).
- E** O registro de desconto de adiantamento salarial efetuado na folha de pagamentos, no final do mês, referente a adiantamento salarial concedido a empregado no início do mês, será feito mediante débito das contas caixa ou bancos conta movimento e crédito na conta adiantamentos a empregados.

QUESTÃO 28

Um empregado recebe R\$ 400,40 para trabalhar 220 horas normais. A convenção coletiva da categoria estipulou para as duas primeiras horas extras o adicional de 50% sobre o valor da hora normal e de 100% para as seguintes. Nesse caso, o valor de cada hora normal trabalhada, o valor de cada hora extra referente às duas primeiras horas e o da hora correspondente ao restante das horas extras são, respectivamente, iguais a

- A** R\$ 1,82, R\$ 2,73 e R\$ 3,46.
- B** R\$ 1,82, R\$ 2,37 e R\$ 3,46.
- C** R\$ 1,28, R\$ 2,37 e R\$ 3,64.
- D** R\$ 1,82, R\$ 2,73 e R\$ 3,64.
- E** R\$ 1,28, R\$ 2,73 e R\$ 3,64.

QUESTÃO 29

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), são consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição e seus efeitos. Assim, se um trabalhador estiver no exercício do trabalho em condição insalubre de grau médio de agressividade, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, e se o salário mínimo nacional vigente for de R\$ 545,00, então o valor do adicional de insalubridade devido a esse trabalhador será igual a

- A** R\$ 154,50.
- B** R\$ 109,00.
- C** R\$ 327,00.
- D** R\$ 218,00.
- E** R\$ 163,50.

RASCUNHO

Balancete de verificação para as questões de 30 a 33

O balancete ilustrado abaixo, da Cia. Aberta S.A., foi apresentado em 30/11/2010.

contas	saldos (R\$)
ações em tesouraria	500
ajustes de avaliação patrimonial (saldo credor)	1.000
aplicações em poupança	2.000
bancos conta movimento	9.000
caixa pequeno (fundo fixo)	1.000
capital social	50.000
contas a receber de clientes (vencimento em 2011)	8.000
contas a receber de clientes (vencimento em 2012)	9.000
depreciação acumulada	2.800
despesas antecipadas	500
estoque de matéria-prima	4.000
exaustão acumulada	2.000
financiamento bancário a pagar após 2012	35.000
florestas	8.000
fornecedores	13.000
ICMS a recuperar	200
imóveis de uso	22.000
impostos a pagar (vencimento em 2011)	3.400
máquinas	16.000
marcas e patentes	2.000
obras de arte	3.000
participação em empresas coligadas e controladas	20.000
reserva estatutária	5.000
reservas de capital	3.000
softwares (essenciais ao funcionamento dos hardwares)	5.000
títulos do tesouro nacional (vencimento e liquidez imediata)	5.000

QUESTÃO 33

Com relação ao balancete ilustrado, assinale a opção correta.

- A** Os recursos realizáveis no curto prazo são insuficientes para pagar as exigibilidades de curto prazo.
- B** Em 30/11/2010, o capital próprio da empresa era igual a R\$ 59.500,00.
- C** As obrigações de longo prazo são o dobro das obrigações de curto prazo.
- D** O valor das origens de recursos é superior às aplicações de recursos para o exercício de 2010.
- E** O patrimônio líquido da empresa, em 30/11/2010, era igual a R\$ 58.500,00.

RASCUNHO**QUESTÃO 30**

Com relação ao balancete, é correto afirmar que o valor do disponível, o valor do realizável a curto prazo e o valor do total do ativo circulante são, respectivamente, iguais a

- A** R\$ 17.000,00; R\$ 4.700,00 e R\$ 21.700,00.
- B** R\$ 17.000,00; R\$ 12.700,00 e R\$ 29.700,00.
- C** R\$ 12.700,00; R\$ 12.000,00 e R\$ 29.700,00.
- D** R\$ 12.000,00; R\$ 12.700,00 e R\$ 24.700,00.
- E** R\$ 17.000,00; R\$ 12.200,00 e R\$ 19.200,00.

QUESTÃO 31

O valor do realizável a longo prazo e o valor do ativo não circulante investimento são, respectivamente, iguais a

- A** R\$ 9.000,00 e R\$ 20.000,00.
- B** R\$ 17.000,00 e R\$ 9.000,00.
- C** R\$ 9.000,00 e R\$ 23.000,00.
- D** R\$ 9.000,00 e R\$ 17.000,00.
- E** R\$ 0,00 e R\$ 17.000,00.

QUESTÃO 32

O valor do ativo não circulante imobilizado e o valor do intangível são, respectivamente, iguais a

- A** R\$ 46.200,00 e R\$ 4.200,00.
- B** R\$ 50.800,00 e R\$ 7.000,00.
- C** R\$ 58.800,00 e R\$ 2.000,00.
- D** R\$ 53.800,00 e R\$ 2.000,00.
- E** R\$ 46.200,00 e R\$ 2.000,00.

QUESTÃO 34

O Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON) dividiu os conceitos fundamentais de contabilidade em três categorias: os postulados ambientais da contabilidade (axiomas), os princípios contábeis propriamente ditos (teoremas), e restrições dos princípios contábeis — convenções (corolários). A respeito dos princípios e convenções contábeis, assinale a opção correta.

- A** O princípio da entidade consiste em afirmar que a entidade é um organismo vivo que irá operar por período indeterminado de tempo, até que surjam fortes evidências em contrário.
- B** O princípio da realização da receita considera realizada a receita no momento em que for emitida a nota fiscal de venda ou de prestação de serviços.
- C** A convenção da materialidade estabelece a importância de se adotarem critérios de avaliação claros, baseados em elementos concretos e objetivos, que não despertem dúvidas ou polêmicas nem sejam influenciados por aspectos tendenciosos.
- D** O sócio majoritário de uma microempresa que utiliza o caixa da entidade para pagar, em maio, despesas de educação do seu filho ocorridas em março, está ferindo o princípio da oportunidade.
- E** Se o valor de mercado do inventário final de mercadorias for inferior ao valor de custo, deverá ser escolhido o valor de mercado, por ser o menor.

QUESTÃO 35

O plano de contas da administração pública foi estabelecido com o objetivo de consolidar as contas públicas e promover sua convergência metodológica e conceitual às normas internacionais e às normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público. Com relação a esse assunto, assinale a opção correta.

- A** Os agrupamentos de ativo, passivo, despesa e receita são exemplos do nível mais alto de agregação do plano de contas público, denominado grupo.
- B** O sinal de asterisco (*) é utilizado para identificar contas redutoras ou retificadoras de ativo ou de passivo, e deve fazer parte do atributo de denominação da conta.
- C** O sinal de igual (=) sinaliza uma situação em que determinada conta A tem o mesmo objetivo de registro de outra conta B. Nessa situação, a conta A pode ser substituída pela conta B (ou vice-versa), conforme a necessidade.
- D** A estrutura de nove dígitos desdobra sete níveis de agrupamento, sendo o último destinado a detalhar uma conta contábil para a identificação das contas correntes.
- E** O patrimônio líquido integra um conjunto de contas representativas da situação líquida patrimonial, separado dos passivos das entidades públicas.

QUESTÃO 36

Em todos os sistemas contábeis usados na administração pública, existem operações que são consideradas típicas em razão da frequência com que ocorrem. A respeito desse aspecto da contabilidade pública, assinale a opção correta.

- A** Os pagamentos dos valores líquidos dos salários de servidores públicos devem compor um lançamento distinto dos valores referentes às retenções.
- B** Para o reconhecimento da receita e da despesa públicas, deve-se utilizar o mesmo procedimento tanto no enfoque patrimonial como no enfoque orçamentário.
- C** A contabilização das operações típicas deve abranger, em um mesmo lançamento, os cinco subsistemas de contas nelas envolvidos.
- D** O registro da despesa fixada na lei orçamentária não afeta a conta de crédito inicial do subsistema orçamentário.
- E** Para se registrar o cancelamento de uma dívida inscrita na dívida ativa da administração pública, deve-se creditar a conta de decréscimos patrimoniais.

QUESTÃO 37

No final do exercício, a administração pública deve apresentar uma série de demonstrativos exigidos pela legislação. Acerca desse tema, assinale a opção correta.

- A** No balanço orçamentário, as despesas fixadas pela lei orçamentária ou por créditos adicionais devem estar em colunas distintas.
- B** O balanço financeiro deve demonstrar o saldo das contas de movimentação financeira ao longo do exercício.
- C** As contas de compensação não integram o balanço patrimonial, sendo demonstradas em um sistema de compensação, conforme a legislação.
- D** O cancelamento ou perdão de dívidas passivas deve constar da demonstração das variações patrimoniais como superveniência passiva.
- E** O ativo real líquido positivo nunca pode ocorrer no balanço patrimonial em conjunto com o passivo real a descoberto.

QUESTÃO 38

Considerando que a elaboração, discussão e aprovação de um orçamento público são aspectos fundamentais para a gestão financeira e econômica do Estado moderno, assinale a opção correta.

- A** No planejamento governamental, a definição dos alvos setoriais que se pretende atingir é dada pelas divisões denominadas programas.
- B** Se o Poder Executivo não apresentar a proposta orçamentária no prazo legal, a prerrogativa de iniciativa legal é transferida ao Poder Legislativo.
- C** Quanto à natureza jurídica, o orçamento se divide em fiscal, da seguridade social e de investimento das estatais.
- D** A existência do mecanismo de créditos adicionais comprova que, no Brasil, o orçamento não é aprovado pelos seus valores brutos.
- E** Um tributo pode ser arrecadado ainda que não tenha sido incluído na lei orçamentária anual.

QUESTÃO 39

Assinale a opção que apresenta, na respectiva ordem, a classificação das receitas com relação à natureza, categoria econômica, afetação patrimonial e coercitividade.

- A** Tributária, orçamentária, transferências e derivada.
- B** Orçamentária, tributária, transferências e efetiva.
- C** Extra-orçamentária, originária, efetiva e derivada.
- D** Tributária, patrimonial, efetiva e por mutação patrimonial.
- E** Orçamentária, patrimonial, por mutação patrimonial e derivada.

QUESTÃO 40

Na terminologia orçamentária, projeto é definido como um

- A** instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos no plano, visando à solução de um problema.
- B** conjunto de gastos voltados aos serviços típicos de Estado, ao planejamento, à formulação de políticas setoriais, à coordenação, à avaliação ou ao controle dos programas finalísticos, resultando em bens ou serviços ofertados ao próprio Estado.
- C** conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção, a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e que não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
- D** instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo.
- E** instrumento capaz de medir o desempenho da atuação governamental, passível de aferição, coerente com o objetivo estabelecido, sensível à contribuição das principais ações e apurável em tempo oportuno.

QUESTÃO 41

Sabendo que crédito orçamentário é um termo genérico cujo conceito abrange várias espécies de crédito, assinale a opção correta.

- A** O crédito especial não depende da indicação, pela lei que o autoriza e pelo decreto de abertura, da respectiva fonte de recursos.
- B** O superávit financeiro, o excesso de arrecadação e a anulação de dotações são as únicas fontes de recursos admissíveis para créditos adicionais.
- C** O crédito extraordinário não constitui uma das espécies de crédito orçamentário.
- D** O crédito suplementar é o único dos créditos adicionais que não pode ter sua vigência prorrogada para o exercício seguinte ao de sua abertura, independentemente do prazo de abertura.
- E** Se a autorização para abertura de créditos suplementares não constar da lei orçamentária, o Poder Executivo não poderá utilizá-los.

QUESTÃO 42

Acerca das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que representa um marco na gestão dos recursos públicos no Brasil, assinale a opção correta.

- A** As empresas estatais estão abrangidas pelas regras da LRF independentemente de sua composição acionária e sua finalidade.
- B** A receita corrente líquida deve ser apurada levando-se em conta apenas o exercício financeiro a que se refere a lei orçamentária vigente.
- C** A lei de diretrizes orçamentárias deve ser acompanhada das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas.
- D** A vinculação de uma receita a determinada despesa deve ser mantida ainda que em exercício diverso daquele em que a receita foi arrecadada.
- E** É vedado ao Poder Legislativo realizar reestimativa da receita incluída pelo Poder Executivo em sua proposta orçamentária.

QUESTÃO 43

A respeito da organização do estado do Espírito Santo e à luz da Constituição desse estado, assinale a opção correta.

- A** O controle dos atos administrativos deve ser exercido pelos poderes públicos e pela sociedade civil, na forma que dispuser a lei, assegurando-se o controle popular por meio de audiência pública e do recurso administrativo coletivo, entre outros, salvo em matéria de execução orçamentária, em face das questões técnicas e peculiares do tema.
- B** São requisitos essenciais à validade dos atos administrativos: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, finalidade, interesse público, motivação suficiente e razoabilidade.
- C** A intervenção do estado no município somente ocorrerá quando autorizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo ao dar provimento a representação para assegurar observância de princípios indicados nas Constituições Federal e estadual ou pela AL/ES para a execução de lei estadual que esteja sendo desatendida, competindo ao governador o efetivo cumprimento, por meio de decreto.
- D** Entre as competências dos municípios, encontra-se a competência legislativa para tratar sobre assunto de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber, bem como legislar acerca de incorporação, anexação, fusão e desmembramento de municípios.
- E** A administração pública tem o dever de revogar os próprios atos quando contiverem vícios que os tornem ilegais, bem como a faculdade de anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados, em qualquer caso, os direitos adquiridos e o devido processo legal.

QUESTÃO 44

Ainda a respeito da organização do estado do Espírito Santo, à luz da respectiva Constituição estadual, assinale a opção correta.

- A** É garantido o direito do servidor público civil à livre associação de classe e à sindicalização, sendo vedado expressamente o direito de greve aos civis e aos servidores policiais militares.
- B** O cálculo integral ou proporcional da aposentadoria será feito com base na remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, sendo vedado o acréscimo, no cálculo do provento, do valor de vantagens, ainda que recebidas de forma permanente.
- C** A estabilidade do servidor público nomeado para cargo em provimento efetivo, em virtude de concurso público, será efetivada após três anos de exercício. Esse servidor somente poderá perder o cargo durante o período de aquisição da estabilidade por sentença judicial ou sindicância.
- D** É vedado ao servidor público, de forma categórica, sob pena de demissão, a participação, como proprietário, sócio ou administrador, de empresa fornecedora de bens e serviços, executora de obras ou que realize qualquer modalidade de contrato, de ajuste ou compromisso com o estado.
- E** São permitidos ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional a candidatura e o exercício de mandato eletivo, incluindo o de dirigente sindical, garantindo-se, em qualquer caso, o pagamento das vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, sendo vedada a sua exoneração ou dispensa, desde o registro de sua candidatura, até um ano após o término do mandato, salvo se, nos termos da lei, ele cometer falta grave.

QUESTÃO 45

Com referência à organização dos poderes do estado do Espírito Santo, segundo a respectiva Constituição estadual, assinale a opção correta.

- Ⓐ A decisão do TCE/ES de que resulte imputação de débito ou multa terá eficácia de título executivo judicial que, caso não seja pago, será executado perante o próprio TCE/ES.
- Ⓑ É dever do TCE/ES prestar assessoria e orientação técnica permanente às prefeituras e câmaras municipais, de modo a prevenir e reparar danos ao erário.
- Ⓒ A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do estado, dos municípios e das entidades da administração direta e indireta dos seus poderes será exercida pelo TCE/ES mediante controle externo.
- Ⓓ Caso conclua pela irregularidade de determinada despesa e, por isso, solicite à respectiva autoridade governamental esclarecimentos, mas não seja atendida ou o seja de modo insuficiente, a comissão de fiscalização permanente específica dos Poderes Legislativos estadual e municipais deverá requer pronunciamento conclusivo do TCE/ES sobre a matéria. Nesse caso, se o TCE/ES entender irregular a despesa, a referida comissão, caso julgue que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, deverá propor à AL/ES ou à câmara municipal a sustação da despesa.
- Ⓔ Entre as competências do TCE/ES estão a de aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, entre outras cominações, multa proporcional ao vulto do dano causado ao erário, e a de ordenar o imediato cumprimento da lei e a pronta sustação da execução de atos ou contratos.

QUESTÃO 46

Acerca da organização do Poder Legislativo capixaba, assinale a opção correta à luz da sua Constituição.

- Ⓐ As CPIs, que têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no regimento interno da AL/ES, são criadas mediante requerimento de um terço dos seus membros para apurar irregularidades, podendo os fatos justificadores da criação da CPI ser determinados no curso da investigação, que poderá ter prazo indeterminado.
- Ⓑ Não pode haver emenda à Constituição na vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio que abranja o território estadual e, caso seja rejeitada, a matéria constante do projeto de emenda constitucional somente poderá constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa mediante proposta da maioria absoluta dos membros da AL/ES.
- Ⓒ O processo legislativo assegura a iniciativa e participação popular, podendo qualquer eleitor apresentar à AL/ES projeto de lei ou proposta de emenda à Constituição, devidamente articulados e subscritos por, no mínimo, 5% dos eleitores do estado.
- Ⓓ A iniciativa de lei acerca da organização do Ministério Público, da Procuradoria-Geral e da Defensoria Pública é privativa do governador do estado.
- Ⓔ As deliberações da AL/ES devem ocorrer em sessões públicas, tomadas por maioria de votos diretos, secretos e pessoais, com a presença da maioria absoluta de seus membros.

QUESTÃO 47

Assinale a opção correta com base na Resolução n.º 2.890/2010.

- Ⓐ Todos os servidores públicos ocupantes de cargos pertencentes ao quadro próprio e permanente da AL/ES são lotados em sua Secretaria, cuja função é a de apoio ao exercício das competências constitucionais, legais e regimentais da AL/ES.
- Ⓑ À Mesa da AL/ES compete dar posse a todos os servidores públicos ocupantes de cargos pertencentes ao seu quadro próprio e permanente e de cargos de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração, de recrutamento amplo.
- Ⓒ As funções típicas da Secretaria da AL/ES incluem o apoio à função administrativa.
- Ⓓ A Mesa é o órgão máximo de administração da AL/ES e possui a atribuição de orientar todos os demais órgãos que integram a estrutura dos serviços administrativos da AL/ES; sua direção e suas decisões serão adotadas por ato singular do seu presidente.
- Ⓔ Constitui ato privativo do segundo secretário, em auxílio ao presidente, decidir, em última instância, recursos contra parecer contrário à confirmação no serviço público de servidores em estágio probatório.

QUESTÃO 48

Ainda com base na Resolução n.º 2.890/2010, assinale a opção correta.

- Ⓐ É requisito exclusivo para promoção na carreira a participação nos cursos de qualificação, treinamento e aperfeiçoamento dos servidores da AL/ES ofertados pela Escola do Legislativo.
- Ⓑ É assegurada promoção para todos os integrantes das carreiras, incluindo os ocupantes de cargo de provimento em comissão, sendo imprescindível o atendimento dos requisitos por merecimento ou por antiguidade.
- Ⓒ Compete ao titular de cada órgão, visando à melhoria da qualidade de seus serviços, a indicação à chefia imediata do conteúdo programático a ser desenvolvido, objetivando a promoção de treinamento e capacitação dos servidores que lhes são subordinados.
- Ⓓ Admite-se a contratação de pessoas físicas ou jurídicas para a coordenação ou execução das atividades internas destinadas à formação, à qualificação, ao treinamento e ao aperfeiçoamento dos servidores da AL/ES, desde que por tempo certo e valor determinado.
- Ⓔ É vedado, categoricamente, o aperfeiçoamento ou treinamento dos servidores da AL/ES por meio de curso externo, competindo tal função à Escola do Legislativo.

QUESTÃO 49

Considerando as disposições do RI-AL/ES — Resolução n.º 2.700/2009 — sobre o funcionamento da casa legislativa e a eleição de sua Mesa Diretora, assinale a opção correta.

- A** Sessões especiais são aquelas realizadas para grandes comemorações, posse, homenagens especiais e instalação dos trabalhos legislativos.
- B** A eleição da Mesa, assim como o preenchimento de qualquer vaga nela ocorrida, se dará com a tomada nominal de votos em aberto, por maioria absoluta de votos em primeiro escrutínio e maioria simples em segundo escrutínio.
- C** Os candidatos diplomados deputados estaduais tomarão posse e prestarão compromisso no dia 1.º de janeiro do primeiro ano da legislatura, entendendo-se esta como sendo o período de quatro anos de mandato parlamentar.
- D** A convocação extraordinária da AL/ES, em caso de urgência ou interesse público relevante, somente será possível por iniciativa da maioria de seus membros.
- E** Regimentalmente, considera-se sessão legislativa extraordinária aquela realizada em dias ou horas diversos dos prefixados para a sessão legislativa ordinária.

QUESTÃO 50

Tendo em vista as normas regimentais sobre a Mesa Diretora, as comissões, os líderes e os blocos parlamentares, assinale a opção correta.

- A** Três ou mais partidos, por deliberação de suas respectivas bancadas, poderão constituir bloco parlamentar, que gozará do mesmo tratamento dispensado pelo RI-AL/ES às organizações partidárias com representação na AL/ES.
- B** Na composição da Mesa Diretora e das comissões da AL/ES, será obrigatoriamente assegurada a representação de todos os partidos e blocos parlamentares que tenham assento na casa legislativa.
- C** Nenhuma comissão, seja permanente ou temporária, terá menos de um décimo, nem mais de três décimos, do total dos membros da AL/ES.
- D** As deliberações do Colégio de Líderes serão tomadas mediante consenso entre seus integrantes e, quando isso não for possível, prevalecerá o critério da maioria absoluta, considerados equitativamente os votos dos líderes de cada bancada.
- E** O governador do estado poderá indicar deputados para os cargos de líder e vice-líder do governo, os quais atuarão junto ao Colégio de Líderes, dispondo das mesmas prerrogativas de que dispuserem os líderes dos partidos e blocos parlamentares.

QUESTÃO 51

Assinale a opção correta acerca das comissões permanentes, de acordo com o RI-AL/ES.

- A** As comissões especiais serão criadas exclusivamente por proposta de um terço dos deputados, submetidas à aprovação do plenário, devendo constar expressamente do ato de sua criação o motivo e a finalidade do trabalho que irá desenvolver.
- B** As comissões de representação poderão ser propostas pelo presidente da AL/ES, de ofício ou a requerimento de qualquer deputado, dispensada a sua apreciação pelo plenário, para cumprir missão autorizada, compreendida esta como a que implique o afastamento do parlamentar pelo prazo máximo de três sessões.
- C** As comissões, assim como as frentes parlamentares, têm competência para aprovar instruções normativas, de forma complementar às disposições contidas no RI-AL/ES, com o objetivo de regulamentar os trabalhos, a organização interna, a tramitação e a discussão de proposições e temas no seu respectivo âmbito.
- D** Todos os deputados, inclusive os membros da Mesa Diretora, têm o direito de integrar, como titulares, no mínimo uma comissão, salvo se estiverem sem filiação partidária.
- E** Desde que receba o aval da bancada a que pertença, o deputado poderá, sem limite máximo, ser titular de quantas comissões permanentes forem atribuídas à sua representação partidária.

QUESTÃO 52

De acordo com o que estabelece o RI-AL/ES a respeito dos requerimentos e proposições dos deputados e comissões, assinale a opção correta.

- A** Terá de ser escrito, dependerá de deliberação do plenário e será submetido a discussão o requerimento que solicitar informações oficiais dos órgãos da administração pública.
- B** Os projetos de decreto legislativo são destinados a regular, com eficácia de lei ordinária, matérias da competência privativa da AL/ES e as de caráter político, processual, legislativo ou administrativo.
- C** A retirada de projeto de lei, em qualquer fase do seu andamento, deverá ser requerida pelo seu autor à Mesa, sendo-lhe facultado reapresentar o projeto na mesma sessão legislativa, independentemente de deliberação do plenário, mas apenas por uma única vez.
- D** Todas as proposições cujo processo de votação não for concluído no período da legislatura serão automaticamente arquivadas.
- E** Chama-se indicação a proposição em que se sugerem aos poderes do estado medidas de interesse público cuja iniciativa legislativa ou execução administrativa não seja de competência do Poder Legislativo.

QUESTÃO 53

Acerca do processo de debate e deliberação das proposições no âmbito do Poder Legislativo do Estado do Espírito Santo, assinale a opção correta.

- A** A votação de qualquer matéria poderá ser adiada, mesmo estando em regime de urgência, desde que o adiamento seja requerido pela maioria dos membros da AL/ES.
- B** Como regra, as deliberações do plenário são tomadas pela maioria absoluta dos votos, devendo estar presentes, no mínimo, dois terços dos deputados.
- C** O deputado só poderá apartear o orador se dele obtiver permissão, devendo o tempo do aparte ser definido e controlado pelo presidente da sessão legislativa.
- D** Sempre que julgar conveniente o adiamento da discussão de uma proposição, o deputado poderá requerê-lo verbalmente, mas, tendo sido adiada uma vez a discussão, só haverá novo adiamento se requerido pela maioria dos membros da AL/ES.
- E** Considera-se processo simbólico de votação aquele em que os parlamentares, mesmo ausentes, deixam registrados seus votos junto à Mesa Diretora.

QUESTÃO 54

Assinale a opção correta no que diz respeito à disciplina regimental sobre o comparecimento de autoridades públicas à AL/ES.

- A** O governador do estado deverá comparecer anualmente à AL/ES, em sessão especial, para apresentar relatório sobre sua administração, sendo vedado aos deputados dirigir-lhe indagações durante a sessão.
- B** O secretário de Estado convocado, durante sua exposição ou resposta às interpelações, bem como o deputado, ao dirigir suas perguntas, poderão tratar dos assuntos que julgarem mais convenientes, sem se restringirem ao tema objeto da convocação, desde que tais assuntos tenham relevância política e administrativa.
- C** A ausência da autoridade convocada para prestar informações, sem justificativa adequada, importará crime de responsabilidade, conforme dispõe a Constituição do Estado do Espírito Santo.
- D** A convocação de secretário de Estado para comparecer à AL/ES terá de ser votada pelo plenário, por maioria de votos, mas, se a convocação for para depor perante comissão, a decisão deverá se dar no âmbito da própria comissão.
- E** O presidente do TCE/ES poderá comparecer à AL/ES e suas comissões, mas apenas por sua própria iniciativa, mediante entendimentos com a Mesa ou com a presidência de comissão, para prestar informações sobre assunto previamente determinado.

QUESTÃO 55

Acerca do Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis do Estado do Espírito Santo — Lei Complementar n.º 46/1994 —, assinale a opção correta.

- A** Após adquirir estabilidade, o servidor público só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- B** No âmbito da administração direta do Poder Executivo, de suas autarquias e fundações públicas, os concursos serão realizados pela secretaria de Estado responsável pela administração de pessoal.
- C** As indenizações e os auxílios financeiros pagos ao servidor incorporam-se ao seu vencimento ou provento, nos casos e condições indicados em lei.
- D** Considera-se remuneração o vencimento do cargo efetivo, excluídas as vantagens pecuniárias pagas ao servidor.
- E** Quando não satisfizer as condições do estágio probatório, o servidor público será exonerado de ofício.

QUESTÃO 56

Considerando as disposições da Lei Complementar n.º 46/1994 sobre os servidores do Poder Legislativo do Espírito Santo, assinale a opção correta.

- A** Os vencimentos dos servidores públicos do Poder Legislativo devem observar, como parâmetro, os vencimentos atribuídos aos servidores do Poder Judiciário.
- B** A concessão de licença para tratar de assuntos particulares, aos servidores do Poder Legislativo, assim como aos dos Poderes Executivo e Judiciário, é de competência do secretário de Estado responsável pela administração de pessoal.
- C** As penas disciplinares dos servidores integrantes do Poder Legislativo serão aplicadas pelos seus superiores hierárquicos, nos casos de advertência e suspensão, e pelo presidente do órgão legislativo, nos casos de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- D** Como órgão de deliberação superior do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Espírito Santo, o Conselho Administrativo contará com dois representantes do Poder Legislativo, indicados pela entidade representativa de seus servidores.
- E** Estão vinculados ao regime próprio de previdência do Estado, na condição de segurados, os servidores do Poder Legislativo titulares de cargo efetivo em atividade, os em disponibilidade, os estáveis no serviço público e os inativos.

QUESTÃO 57

Assinale a opção correta considerando as disposições gerais da Lei Complementar n.º 46/1994.

- A** O servidor público poderá ausentar-se do serviço por, no máximo, um dia, sem qualquer prejuízo, para a prestação de concurso público.
- B** Na nomeação para cargo em comissão, se dará preferência ao servidor público efetivo ocupante de cargo de carreira técnica ou profissional, atendidos os requisitos definidos em lei.
- C** Posse é o ato de aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, formalizado com a assinatura do termo próprio pelo empossando, sendo vedado ao servidor, nesta circunstância, fazer-se representar por terceiros.
- D** O regime normal de trabalho será de oito horas diárias para os servidores ocupantes de cargos efetivos; já ao detentor de cargo em comissão e de função gratificada exigir-se-á dedicação integral ao serviço, sem jornada definida.
- E** O servidor público perderá um terço da remuneração do dia em que faltar injustificadamente ao serviço ou deixar de participar de programa de formação, especialização ou aperfeiçoamento em horário de expediente.

QUESTÃO 58

À luz da Resolução n.º 1.775/1995, que instituiu o Código de Ética e Decoro Parlamentar, assinale a opção correta.

- A** A Corregedoria será constituída por corregedor geral e vice-corregedor, eleitos pelo plenário para mandato de dois anos, vedada a recondução dentro da mesma legislatura.
- B** A representação contra deputado por fato sujeito às penas de suspensão do exercício do mandato ou de perda do mandato deverá ser encaminhada à Corregedoria Geral, órgão ao qual compete promover a devida apuração dos fatos e das responsabilidades.
- C** Como medida disciplinar decorrente da infringência da ética e do decoro parlamentar, a advertência será aplicada ao deputado pelo plenário da AL/ES, resguardado o princípio da ampla defesa.
- D** A censura será verbal ou escrita, podendo, em ambos os casos, ser aplicada pelo presidente da AL/ES, em sessão, ou pelo corregedor geral, no âmbito de sua competência.
- E** A perda de mandato do parlamentar será decidida pelo plenário, em processo de votação nominal e por dois terços dos votos dos membros da AL/ES, mediante representação da Corregedoria Geral.

QUESTÃO 59

No que tange aos atos relacionados à ética parlamentar, às vedações constitucionais e às obrigações dos deputados, à luz do que dispõe o Código de Ética e Decoro Parlamentar, assinale a opção correta.

- A** É expressamente vedado ao deputado, desde a expedição do diploma, ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público.
- B** Cabe à Mesa Diretora da AL/ES providenciar a divulgação da declaração anual de imposto de renda dos parlamentares no órgão de publicação oficial, em forma resumida.
- C** O deputado terá de apresentar anualmente à Mesa Diretora a sua declaração de bens e fontes de renda e passivos, incluindo todos os passivos de sua própria responsabilidade, de seu cônjuge, companheira ou companheiro, ou de pessoas jurídicas de direito privado por ele controladas.
- D** É expressamente vedado ao deputado firmar ou manter contrato de qualquer teor com pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.
- E** A celebração, por deputado, de contrato com instituição financeira controlada pelo poder público é considerada incompatível com a ética e o decoro parlamentar e passível de punição com a perda do mandato.

QUESTÃO 60

Assinale a opção correta acerca das disposições da Resolução n.º 2.018/2001, que instituiu a Ouvidoria Parlamentar da AL/ES.

- A** A Ouvidoria Parlamentar se constitui de um ouvidor geral — parlamentar escolhido pela Mesa Diretora — e de um ouvidor substituto, designado, também pela Mesa, entre servidores efetivos de nível superior da AL/ES.
- B** As petições, representações ou queixas apresentadas serão recebidas e examinadas pela Ouvidoria Parlamentar, desde que envolvam matéria de competência da AL/ES e sejam imputadas a membros ou a servidores da Casa.
- C** Compete à Ouvidoria Parlamentar, entre outras atribuições, propor medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos e administrativos, bem como ao aperfeiçoamento da organização do Poder Legislativo.
- D** Visando proporcionar um atendimento amplo aos cidadãos, a Ouvidoria Parlamentar oferece serviços de Internet e de linha telefônica gratuita para o recebimento de reclamações, denúncias ou sugestões sobre ações ou omissões do Poder Legislativo, vedado o atendimento de caráter pessoal e verbal.
- E** Funcionará como secretário executivo da Ouvidoria Parlamentar, com atribuição de supervisionar e gerenciar todas as atividades do setor, um servidor designado e hierarquicamente subordinado ao ouvidor parlamentar geral.